**Reginaldo Teixeira Perez**

*Professor do departamento de Ciências Sociais/UFSM*

**Sedufsm- *Na sua avaliação, quais os efeitos históricos, institucionais, desses quatro anos em que se tornou senso comum entre determinados segmentos, a afronta a poderes instituídos, como por exemplo, a Corte Suprema, ou mesmo a defesa da intervenção dos militares na vida institucional do Brasil?***

**Reginaldo**- Embora ainda indefinidos, haverá efeitos políticos considerando-se as características desse período. Apenas não sabemos quais serão. Em 2018, já tínhamos uma experiência de mais de 30 anos de vida democrática – e supúnhamos que as instituições já estavam devidamente consolidadas no pós-Regime Militar. Ou seja, teríamos um Estado Democrático de Direito estabilizado. Pelo visto, não estavam. Refiro-me ao que assistimos no Governo Bolsonaro (2019-2022): uma memorização positiva do Regime Militar, o que não víamos desde os anos 1970, quando do início da crise que sepultou o regime autoritário. Desde a campanha das eleições presidenciais, em 2018, tínhamos motivos para pensar que as instituições seriam provocadas (diante da hipótese de vitória de Bolsonaro). E o foram – e como foram. Diante de um relativo silêncio do Poder Legislativo – as exceções foram as vozes das oposições - e da Procuradoria-Geral da República, o Poder Judiciário ‘segurou a barra’ e se tornou a barreira democrática.

**Sedufsm- *É possível considerar que, ao longo do governo Bolsonaro, funcionou o equilíbrio entre os poderes?***

**Reginaldo**- Creio que não. O que nós vimos foi o que historicamente assistimos no Brasil – com as exceções históricas dos períodos democráticos (1945-1964 e 1985 em diante, até 2018): o Poder Executivo prevalecendo no relacionamento institucional, dando sinais claros de que era merecedor de uma posição destacada diante dos demais poderes. Não fosse a reação do Poder Judiciário (rever resposta à questão anterior) aos arroubos autoritários do Governo Bolsonaro, não conseguimos imaginar o que teríamos tido. Mas o fato político relevante é que a Suprema Corte conteve esses ímpetos autoritários – e, às vezes, também empregando excesso de poder (o de limitar o direito à liberdade de expressão, por exemplo).

**Sedufsm- *No seu modo de avaliar, as instituições saíram fortalecidas ou enfraquecidas nesses quatro anos do governo Bolsonaro?***

**Reginaldo-** A ver... O Poder Judiciário saiu fortalecido. Em especial, o Supremo Tribunal Federal que, repito, teve a ‘ousadia’ de conter a impetuosidade do Governo Bolsonaro. O Poder Legislativo sai desse período como entrou – com poderes crescentes, mesmo que não os empregue. Mas a Procuradoria-Geral da República (o Ministério Público Federal), no que respeita ao seu papel de ‘fiscal da lei’, saiu prejudicada. Talvez recupere o seu prestígio a partir de agora, mas ainda é cedo para avaliarmos.

**Sedufsm-** ***Vimos nas manifestações pós-eleição integrantes da PRF se associando a protestantes no fechamento de rodovias. Também vimos o Ministério da Defesa promovendo relatório sobre urnas eletrônicas. São dois fatos que fogem à “normalidade” institucional. Na sua análise, é possível dar um passo atrás nessas questões?***

**Reginaldo-** Sim, esses são fatos de relevância política. Quanto aos primeiros (fechamento de rodovias), são ocorrências ilegais que podem ser situadas em um contexto de frustração em face de uma (possível) derrota nas eleições, mas pode ter havido algo maior, que somente as investigações poderão apontar. Refiro-me a eventuais financiamentos a esses atos, por exemplo; ou, mais, participação de autoridades no fomento a essas condutas. Vamos ter de esperar para vermos os resultados dessas investigações. Quanto ao ‘Relatório’ do Ministério da Defesa em relação à idoneidade das urnas eletrônicas, é tema delicado, haja vista não haver dúvidas – e, salvo engano, nunca houve dúvidas – acerca da integridade do nosso sistema eleitoral, incluídas aí a qualidade das urnas eletrônicas. Portanto, dificilmente fugiríamos de uma interpretação que considerasse esse fato como uma conduta politicamente inadequada das autoridades militares. Bem explicado, lançaram-se dúvidas acerca da higidez das autoridades eleitorais, com destaque ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).